

Psicanálise de crianças na contemporaneidade

Por uma clínica implicada

Isabel Marazina

Resenha de Adela Stoppel de Gueller e Maria do Carmo Vidigal Meyer Dittimar (orgs.), *Psicanálise com crianças na contemporaneidade: extensão da clínica*, Goiânia, Dimensão, 2007.

À medida que a leitura desta incitante coletânea avançou, também foi ficando claro o porquê do convite para resenhá-la.

Os autores abordam, de diferentes maneiras e partindo de abordagens próprias, uma questão que me parece fundamental para a psicanálise hoje: qual é a vigência da disciplina no contexto atual, em momentos em que a contemporaneidade parece indicar que a cura pela palavra ficou relegada ao sótão onde mofam as antiguidades? O que será necessário pensar e voltar a pensar no campo da clínica da infância para que ela se configure como instrumento eficaz na complexidade que lhe é própria? Não me estenderei nas caracterizações da contemporaneidade, aliás, extensamente trabalhadas pelo próprio texto, mas privilegio uma análise da posição dos autores, no que de mais vivificante ela tem para a disciplina que reafirmam como vigente e fecunda.

Essa aposta por uma psicanálise em perpétuo movimento e questão, debruçada nos desafios do nosso momento, é, ao meu entender, a única garantia viável para que a psicanálise não somente sobreviva, mas viva, enraçada no tecido social, remarcando sua historicidade, pro-

Isabel Marazina é psicanalista, analista institucional.

duzindo subjetividade e sendo produzida pelos ventos da época.

A tarefa de resenhar esse livro trouxe também a necessidade de um percurso pelos eixos que, segundo entendo, referem esse movimento.

Tomo à maneira de articulador desse percurso a noção de implicação, oriunda do campo da análise institucional. Para começar, recordemos que não faz tanto tempo assim que nos programas de formação das instituições psicanalíticas começaram a se legitimar temáticas como as “Novas patologias” ou produções sobre a psicanálise na contemporaneidade, que implicam a introdução do tempo histórico na consideração do sofrimento psíquico.

Por muitos anos – principalmente sob a égide do pensamento kleiniano – se manteve uma separação nos textos freudianos entre “textos sociais” e “textos clínicos e metapsicológicos”, estes sim, o verdadeiro núcleo da formação psicanalítica. Essa divisão – altamente questionável mesmo nos critérios internos a ela – constituía uma territorialização – política, portanto – da obra, deixando de lado a preocupação viva de Freud por debelar fenômenos do campo da organização social e outras produções da cultura. Esses esforços teóricos eram considerados como diletantismo ou resultados da necessidade do autor de pôr à prova os operadores psicanalíticos frente a um meio científico que o observava com muita reticência. Algo assim como uma operação de propaganda. Para certo tipo de leitura da psicanálise, a teoria freudiana tornava-se obrigatória no que se refere ao inconsciente e suas dimensões clínicas, como objeto primordial.

O conhecido primeiro parágrafo de “Psicologia das massas” era muitas vezes trabalhado na sua dimensão inter-relacional, numa perspectiva reducionista.

Certamente que cada um lê o Freud de que precisa. Foucault – através de sua forma de historiar a gênese das ideias – foi de valiosa ajuda para entender os interesses e movimentos que dão forma a essa leitura seletiva. Assim como a entender que esses interesses não podem ser

compreendidos se não estão entrançados nas circunstâncias políticas – no mais amplo sentido do uso do poder – da época em que se efetivam como pensamento. A noção de *implicação* consiste, precisamente, na abertura dessa dimensão de análise de uma prática como prática social, isto é, uma prática de sujeitos implicados na circulação do poder e seus fluxos.

A dimensão da psicanálise como prática social não se refere a sua coerência teórica interna, embora possam se achar valiosos indicadores tanto de Freud quanto de Lacan em relação à impossibilidade de sua efetuação sem uma ética que a sustente. Freud nos avisa em repetidas oportunidades sobre os riscos da transferência, assim como Lacan desdobra o tema da ética da psicanálise em vários seminários e lhe dedica um deles, especificamente.

Essa dimensão alude a sua posição dentro das práticas que constituem o tecido social, a teia institucional da polis. Uma posição assujeitada, portanto, a todas as instituições que produzem e reproduzem essa teia: a economia, o *plus* de valor da prática intelectual, o prestígio, as ideologias que nos atravessam como seres vindos de um setor social, como produtos de um momento histórico etc.

Entendo que as agrupações psicanalíticas têm tratado esses atravessamentos como contingentes, externos à produção da teoria. Por isso mesmo a noção de implicação com que a análise institucional opera na leitura de uma prática permitiria pensar nessa dimensão que geralmente fica na sombra de nossa prática clínica.

Muito brevemente, sem entrar em elaborações sobre a pertinência do conceito de contratransferência, podemos dizer que implicação nasce da importação que a análise institucional faz desse conceito para seu campo. Mas o trabalho como um processo de materialidade múltipla e complexa, não somente psíquico mas de natureza heterogênea e que deve ser analisado nessa multiplicidade. Não se trata, também, da resposta ou efeito do contato com o objeto (que no caso da análise institucional é a organização

que demanda), mas é prévia a esse contato: é um processo de afetação simultâneo e recíproco, onde não só inexiste uma posição de neutralidade por parte da equipe de analistas, mas constitui uma parte importante do processo de intervenção revisar constantemente o grau e qualidade da implicação da equipe com a organização em intervenção.

No dispositivo analítico, podemos pensar a intervenção como essa dimensão do processo que envolve tanto analisante como analista, que está presente antes mesmo da formulação da demanda de análise. Em princípio: qual é a oferta que leva um sujeito a demandar uma análise? Ou: qual é o lugar atual da psicanálise dentro das práticas da saúde? Como analisamos nossas implicações nas lutas de poder /prestígio dentro das instituições psicanalíticas, e nosso compromisso com o resultado dessas lutas?

Afortunadamente, existem analistas que não se deixam paralisar por decreto e continuam produzindo conexões inéditas e transgressivas.

Se nos for possível analisar a nossa implicação, talvez nos vejamos menos incomodados com as perguntas sobre a forma em que realizamos os contratos em nossa prática clínica, sobre o analisador dinheiro, sobre como manejamos nas instituições públicas as inevitáveis tensões entre as exigências de nosso referencial e a pressão institucional.

Talvez essa análise também nos seja útil para separar o que é próprio do sofrimento neurótico do mal-estar inevitável que implica o pertencer a uma cultura. Na medida em que possamos nos aproximar aos imaginários constituintes das práticas sociopolíticas de nossa cultura e que são simultaneamente criados por ela, entendo que nos seja mais possível nos incluir como membros de uma sociedade e nem tanto como “a exceção”, tão cara ao sujeito neurótico e suas egoicas servidões.

Entendo que a produção desta coletânea se inscreve nesse esforço de se analisar em ato. Os autores escolheram o caminho da clínica institucional para interrogar, no ato da sua clínica, os limites e alcances da sua filiação psicanalítica.

Encontramos uma diversidade textual que marca esse movimento. Bernardo Tanis nos alerta, num artigo que serve de marco conceitual, para o risco de banalizar a terminologia que remete à contemporaneidade, às chamadas patologias modernas, de forma a operar com elas – como se fossem marcas de objetos de consumo – numa exterioridade superficial. Leva-nos à urgência de uma análise rigorosa da significação dos fenômenos contemporâneos, no que tange às mudanças que eles propõem para a disciplina, tanto no campo da teoria quanto na clínica cotidiana.

Não sei se os autores seguem as indicações de Foucault de forma explícita, mas certamente o fazem na sua prática. A psicanálise aparece como parte da caixa de ferramentas foucaultiana, em maior ou menor medida: é um instrumento para pensar problemas, se afastando do viés totalizador que tem sido seguro caminho para sua despotencialização. A elucidação das problemáticas que os autores abordam é gradual e cuidadosa, se servindo de saberes concomitantes e necessários para tal tarefa.

Assim, Audrey Setton conversa extensamente com a instituição da educação, indagando

do as conexões com a história, a subjetividade atual, uma escola em mutação.

Márcia Porto Ferreira se interna no âmago da subjetividade marcada pela violência, através de um caso clínico que chacoalha nossas tíbias certezas e não deixa dúvidas da necessidade da clínica institucional como texto – e não como contexto – dessa experiência. Seu artigo faz par com o trabalho de Adela Stoppel de Gueller, que também traz a experiência viva de sua clínica para refletir sobre o fenômeno particular da infância e sua abordagem.

Denise de Sousa Feliciano integra sua escuta numa investigação dentro da saúde pública que reafirma a reflexão sobre o papel relevante dessa escuta no desenho das políticas de saúde.

Nesse livro existe, também, um acompanhamento cuidadoso e inspirado dos comentaristas: Rahel Boraks e Lia Ribeiro nos oferecem suas reflexões sobre o escrito, num jogo de dentro e fora que enriqueceu a trama dos trabalhos apresentados.

Recomendo: é uma ferramenta útil para incluir na nossa caixa.